

As dúvidas políticas e a renegociação

Sinda t

Tudo parecia acertado para que o governo brasileiro, representado pelo presidente do Banco Central, chegasse a um acordo com os bancos estrangeiros, com vistas à renegociação da dívida externa. Dentro das normas ortodoxas, o sr. Affonso Celso Pastore parece ter conseguido o máximo que se poderia ambicionar no que diz respeito a prazo, a carência e a *spread*. Falta apenas assinar o acordo para que possam ser mobilizados todos os credores do Brasil e estabelecidos os contratos que fixarão as condições do refinanciamento da dívida externa nos próximos 16 anos. É somente essa assinatura que está tardando.

Mas o que estaria protelando essa formalização, se se sabe que o presidente eleito deseja ver concluído, antes de sua posse, o processo de renegociação, e que até os credores estão ansiosos por uma decisão final, para que possam fixar seus programas? Acaso restam apenas problemas técnicos, como a clara definição da categoria em que se inscreverá a

dívida nacional: com aval do Tesouro e, pois, com um *spread* de 0,875%, empresas estatais com *spread* de 1,125%, ou dívida de empresas privadas, com pagamento de 1,25% acima da *Libor*? Parece-nos que tal dificuldade poderia ser prontamente superada e não deveria impedir a assinatura de um acordo de princípio, uma vez que o levantamento poderia ser feito *a posteriori*.

Cabe notar que o compromisso acertado é favorável aos pequenos bancos regionais, que receberão um *spread* maior, por haverem efetuado mais operações ligadas a empresas privadas.

Mencionou-se outra dificuldade: os bancos credores interessados querem uma clara definição do governo acerca das operações ligadas ao aval da Sunamam, que consistiram, em geral, em operações de repasse de recursos externos. O vulto de tais operações preocupa, naturalmente, os bancos credores, mas parece que o governo brasileiro deu informações tranquilizadoras aos bancos estran-

geiros que mantêm indiretamente operações com a Sunamam.

Parece haver outro problema ainda: os bancos credores iniciaram a nova renegociação após o "sinal verde" do diretor-gerente do FMI, sr. Jacques de Larosière, quanto à aceitação, pelo conselho de administração do organismo internacional, da sétima carta de intenção. Infelizmente, antes mesmo de ser uma carta examinada pelo *board* do FMI, já se revela que o Brasil, diante dos resultados desastrosos quanto ao controle monetário em dezembro e da taxa atual de inflação, pretende enviar uma oitava carta de intenção e um pedido de *waiver* (derrogação) por não ter podido cumprir todos os seus compromissos. Antes, porém, de expedir-se essa oitava carta de intenção, será preciso acertar alguns pontos com uma nova missão do FMI. Os bancos credores estariam aparentemente interessados em ouvir o FMI a respeito dessa nova renegociação para saber se o aval moral já dado permanece válido. Se essa exi-

gência for fundada, o processo talvez se retarde, certamente impedindo o fechamento de um acordo com o comitê de assessoramento dos bancos.

Pode-se imaginar, finalmente, que os banqueiros estrangeiros, a despeito da ótima impressão que lhes causaram o presidente eleito e as declarações por ele feitas, tanto no Brasil como no Exterior, estejam preocupados com as dificuldades suscitadas pela formação do futuro Ministério, que se afigura mais difícil do que parecia à primeira vista. As reações à designação de um ministro da Fazenda considerado ortodoxo impressionaram negativamente os banqueiros, que estariam inclinados a procurar ganhar tempo antes de firmar o acordo com o Brasil.

Na verdade, as negociações estão sendo concluídas de modo satisfatório para ambas as partes. Resta somente selar o acordo: para se ganhar tempo, todos os pretextos são bons, mesmo que não se queira indicar o verdadeiro motivo do atraso...